



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
DIREÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA

AQUISIÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE ESPECÍFICO PARA ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

PROCESSO N.º DRI-13/CPR/2025

CADERNO DE ENCARGOS





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
DIREÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA

Índice

Parte I - Cláusulas Jurídicas.....	4
Cláusula 1. ^a	4
Identificação do objeto e do procedimento.....	4
Cláusula 2. ^a	4
Forma e documentos contratuais.....	4
Cláusula 3. ^a	5
Obrigações principais do cocontratante	5
Cláusula 4. ^a	5
Especificações técnicas, funcionais e ambientais mínimas dos serviços.....	5
Cláusula 5. ^a	6
Prazo de vigência do contrato.....	6
Cláusula 6. ^a	7
Prazo e local de entrega do objeto do contrato.....	7
Cláusula 7. ^a	7
Condições de disponibilização dos serviços	7
Cláusula 8. ^a	7
Aceitação dos serviços.....	7
Cláusula 9. ^a	7
Conformidade e operacionalidade dos serviços ao abrigo do contrato	7
Cláusula 10. ^a	8
Garantia base	8
Cláusula 11. ^a	8
Patentes, licenças e marcas registadas.....	8
Cláusula 12. ^a	8
Objeto do dever de sigilo.....	8
Cláusula 13. ^a	9
Prazo do dever de sigilo	9
Cláusula 14. ^a	9
Preço base	9
Cláusula 15. ^a	9
Preço e condições de pagamento.....	9
Cláusula 16. ^a	10
Sanções contratuais	10
Cláusula 17. ^a	10
Resolução por parte do contraente público.....	10
Cláusula 18. ^a	11





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
DIREÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA

Modificação do contrato e cessão da posição contratual	11
Cláusula 19. ^a	11
Comunicações e notificações.....	11
Cláusula 20. ^a	11
Contagem dos prazos	11
Cláusula 21. ^a	11
Produção de efeitos.....	11
Cláusula 22. ^a	11
Foro competente	11
Cláusula 23. ^a	12
Direito aplicável	12
PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS E FUNCIONAIS	13
Cláusula 24. ^a	13
Resumo das quantidades	13
Cláusula 25. ^a	14
Especificações, requisitos técnicos e funcionais mínimos dos serviços.....	14
ANEXO ETF	15
ESPECIFICAÇÕES, REQUISITOS TÉCNICOS E FUNCIONAIS MÍNIMOS DOS SERVIÇOS.....	15





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
DIREÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.^a

Identificação do objeto e do procedimento

1. Referência e designação: **Processo n.º DRI-13/CPR/2025** – Aquisição de licenciamento de software específico para entidades da administração pública da Região Autónoma da Madeira.
2. Tipo de procedimento: Consulta prévia em conformidade com o previsto na alínea c), do n.º 1, do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (adiante designado por CCP) conjugado com o disposto no artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, ambos na sua redação atual.
3. O procedimento tem por objeto principal a aquisição de licenciamento de software específico para entidades da Administração Pública da Região Autónoma da Madeira, distribuído por lotes, nos termos definidos no presente Caderno de Encargos.
4. O objeto do contrato corresponde à seguinte classificação: 48000000-8 Pacotes de software e sistemas de informação, do CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos).

Cláusula 2.^a

Forma e documentos contratuais

1. Para cada lote é celebrado um contrato. Caso seja adjudicado mais do que um lote ao mesmo concorrente, é celebrado para esse adjudicatário um único contrato para os diversos lotes.
2. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
3. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
DIREÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA

Cláusula 3.ª

Obrigações principais do cocontratante

1. O cocontratante obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade, próprios das melhores práticas.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais, para cada um dos lotes:
 - a) Fornecimento / disponibilização dos serviços, nos prazos definidos na Cláusula 6.ª e nas quantidades e condições definidas na **Parte II - Cláusulas técnicas e funcionais** do presente Caderno de Encargos;
 - b) Cumprir com as garantias dos serviços prestados, nos termos da Cláusula 10.ª;
 - c) Cumprir rigorosamente com os termos e condições exigidos para a prestação dos serviços nas condições específicas definidas na Cláusula 24.ª para cada um dos lotes, sem custos adicionais;
 - d) Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
 - e) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, ao contraente público, o facto que torne total ou parcialmente impossível o cumprimento do objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com o contraente público;
 - f) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - g) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, trabalhadores, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
 - h) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

Cláusula 4.ª

Especificações técnicas, funcionais e ambientais mínimas dos serviços

1. As especificações técnicas, funcionais e ambientais mínimas dos serviços e respetivas quantidades encontram-se definidas na **PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS E FUNCIONAIS** do presente Caderno de Encargos.
2. O cocontratante obriga-se a assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, funcionais, ambientais e outros, exigidos por lei para os serviços a fornecer para cada um dos lotes no âmbito do presente procedimento.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
DIREÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA

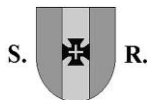
3. Para além dos requisitos exigidos por lei nos termos do número anterior, o cocontratante deve fornecer/disponibilizar serviços que cumpram os requisitos mínimos fixados na **Parte II - Cláusulas técnicas e funcionais** do presente Caderno de Encargos.
4. Nas especificações técnicas definidas para cada um dos lotes na **Parte II - Cláusulas técnicas e funcionais** do presente Caderno de Encargos, sempre que sejam indicadas marcas registadas de serviços de referência, por ausência de normalização e/ou impossibilidade de especificação integral e/ou por serem os serviços atualmente em utilização na administração pública da Região Autónoma da Madeira, podem os concorrentes considerar na sua proposta os serviços “equivalentes”.
5. Para efeitos do número anterior, o concorrente fica obrigado a demonstrar na sua proposta e à entidade adjudicante durante o processo de avaliação das propostas, através de análises de entidades de referência na área e/ou amostras, que os serviços propostos cumprem na íntegra e de forma inequívoca e equivalente as especificações técnicas, funcionais, ambientais e outras, requeridas na **Parte II - Cláusulas técnicas e funcionais** do presente Caderno de Encargos, incluindo os formatos de software, integrações e compatibilidades com produtos de terceiros e outros requisitos necessários ao normal funcionamento do serviço proposto, no ambiente onde estava a funcionar o serviço de referência apresentado no caderno de encargos, caso exista.
6. O cocontratante deve ainda disponibilizar um acesso remoto para acesso aos produtos equivalentes propostos, com possibilidade de utilização de todas as suas funcionalidades, para efeitos de análise de equivalência do produto proposto.
7. O concorrente fica ainda obrigado, no caso de apresentação dos serviços equivalentes, a garantir a compatibilidade e a integração com produtos terceiros existentes, proceder à conversão dos sistemas e ficheiros existentes na administração pública da Região Autónoma da Madeira relativos aos produtos de referência indicados na **Parte II - Cláusulas técnicas e funcionais** do presente Caderno de Encargos, sem perdas de funcionalidade e desempenho, bem como proceder à formação presencial na Região Autónoma da Madeira, considerada necessária pela entidade adjudicante, de todos os utilizadores do novo serviço proposto, sem custos adicionais e num prazo máximo de 60 (sessenta) dias seguidos.

Cláusula 5.^a

Prazo de vigência do contrato

1. O(s) contrato(s) será(ão) válido(s) por um **prazo de 36 (trinta e seis) meses a contar da data de início da produção dos seus efeitos**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do(s) mesmo(s).
2. As condições específicas relativas aos prazos de vigência dos contratos para cada um dos lotes, estão definidas na Cláusula 24.^a na **Parte II - Cláusulas técnicas e funcionais** do presente caderno de encargos.
3. O contrato a celebrar produz efeitos após a disponibilização e/ou início da subscrição do software / prestação dos serviços (se aplicável), sendo válido pelo prazo definido nos números anteriores.
4. Não haverá, em caso algum, lugar a atualização de preços em virtude do previsto no número anterior.
5. Para os devidos efeitos, com a assinatura do contrato, o adjudicatário declara aceitar as condições e termos constantes do presente Caderno de Encargos.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
DIREÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA

Cláusula 6.ª

Prazo e local de entrega do objeto do contrato

1. Os serviços serão prestados na Região Autónoma da Madeira.
2. Os prazos de prestações dos serviços estão definidos na Cláusula 24.ª da **Parte II - Cláusulas técnicas e funcionais** do presente caderno de encargos.
3. Os serviços de assistência pós-venda devem ser disponibilizados remotamente e localmente na Região Autónoma da Madeira, durante o prazo de vigência do contrato.

Cláusula 7.ª

Condições de disponibilização dos serviços

1. O cocontratante deve indicar ao contraente público, via correio eletrónico, a data e hora da entrega dos produtos a fornecer, com a antecedência mínima de **5 (cinco) dias úteis**.
2. Caso o contraente público não tenha disponibilidade para a data e hora sugerida pelo cocontratante, pode ser agendada nova data, devendo a mesma ser comunicada ao contraente público pelo cocontratante, através dos mecanismos previstos no número anterior e com igual antecedência mínima.
3. A indisponibilidade manifestada pelo cocontratante não pode, em caso algum, acarretar o incumprimento do prazo de entrega constante na cláusula anterior.

Cláusula 8.ª

Aceitação dos serviços

1. O contraente público deve avaliar a conformidade dos produtos (licenças) disponibilizados com as condições definidas na **Parte II - Cláusulas técnicas e funcionais** do presente Caderno de Encargos, no **prazo máximo de 15 (quinze) dias seguidos** a contar da data da disponibilização dos referidos produtos.
2. A transferência de propriedade dos produtos (licenças) apenas se concretiza com a aceitação dos mesmos por parte do contraente público, data a partir da qual se considera cumprida a obrigação por parte da adjudicatária.

Cláusula 9.ª

Conformidade e operacionalidade dos serviços ao abrigo do contrato

1. O cocontratante obriga-se a disponibilizar, ao contraente público, os serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos e funcionais previstos na **Parte II - Cláusulas técnicas e funcionais** do presente Caderno de Encargos, nos prazos definidos na Cláusula 6.ª.
2. Os serviços objeto do contrato devem ser disponibilizados em perfeitas condições de funcionamento e de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
DIREÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA

3. O cocontratante é responsável perante o contraente público por qualquer defeito ou discrepância no correto funcionamento dos serviços objeto do contrato que existam no momento em que os serviços lhe são disponibilizados.

Cláusula 10.^a

Garantia base

1. Na prestação dos serviços de instalação, manutenção e assistência técnica (se aplicável ao lote) o cocontratante fica também sujeito, com as devidas adaptações, às exigências legais, obrigações do fornecedor aplicáveis ao contrato de aquisição de serviços, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável, até ao termo do contrato.
2. Em caso de anomalia ou incorreto funcionamento detetado nos serviços objeto do contrato, o cocontratante compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito ao pagamento dos honorários devidos se a anomalia resultar de facto não imputável ao adjudicatário.

Cláusula 11.^a

Patentes, licenças e marcas registadas

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.

Cláusula 12.^a

Objeto do dever de sigilo

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relacionada com o Governo Regional da Madeira ou qualquer outra entidade envolvida na execução do contrato, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação à execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. O cocontratante obriga-se ainda a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados ou informações de carácter funcional ou processual dos serviços da Administração Pública a que tenha acesso na execução do contrato.
4. O cocontratante obriga-se, de um modo especial, a guardar sigilo quanto ao conteúdo e utilização dos sistemas de informação da responsabilidade do Governo Regional da Madeira, nos termos legalmente previstos, à proteção de dados pessoais e à proteção jurídica de bases de dados.
5. O cocontratante garante que terceiros que envolva no fornecimento dos serviços respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade constantes nos números anteriores.
6. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
DIREÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA

Cláusula 13.^a
Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de **36 (trinta e seis) meses** a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 14.^a
Preço base

1. O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela totalidade do fornecimento do objeto do contrato, para efeito do disposto no artigo 47.º do CCP, é de **87 972 € (oitenta e sete mil novecentos e setenta e dois euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, decomposto nos seguintes termos, em função dos lotes previstos na **Parte II - Cláusulas técnicas e funcionais** do presente caderno de encargos.

Lotes	Preço Base
Lote 1 – Software ArcGIS	2 130 €
Lote 2 – Software SPSS	43 452 €
Lote 3 – Software diverso	42 390€

2. O preço base de cada lote e sua constituição foi estipulado com recurso à Consulta Preliminar realizada para o Processo com a referência DRI-54/CP/2024, fazendo uso do disposto no artigo 35.º-A do CCP.

Cláusula 15.^a
Preço e condições de pagamento

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a DRI deve pagar ao fornecedor o preço nos termos e em conformidade com a proposta adjudicada para cada um dos lotes, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à DRI.
3. A faturação deve ser emitida de acordo com as condições específicas definidas, para cada um dos lotes, na Cláusula 24.^a na **Parte II - Cláusulas técnicas e funcionais** do presente caderno de encargos.
4. O pagamento da fatura relativa ao objeto do contrato é efetuado no prazo de **60 (sessenta) dias**, a contar da data da sua receção pela DRI, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, configurando tal prazo a necessidade de validação e confirmação das obrigações, conforme disposto no n.º 4 do artigo 299.º do CCP, em consonância com o n.º 3 do artigo 4.º e n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
DIREÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA

5. Em caso de discordância por parte da DRI, quanto à conformidade dos produtos e serviços fornecidos / disponibilizados, prestados com as condições do contrato e/ou o valor indicado na fatura, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários e/ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, iniciando-se, nessa data, o prazo referido no número anterior.

Cláusula 16.^a
Sanções contratuais

1. Sem prejuízo da possibilidade de resolução do contrato nos termos do artigo 333.º do CCP, o contraente público pode, em observância do procedimento previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 325.º e no artigo 329.º do CCP, aplicar sanções em caso de incumprimento pelo cocontratante, por facto que lhe seja imputável, das suas obrigações.
2. O montante das sanções varia, em função da gravidade da falta e do grau de culpa, entre 5% a 20% do valor do contrato.
3. As penalizações devidas nos termos da presente cláusula são deduzidas através da emissão de notas de crédito por parte do cocontratante e/ou dedução a quantia total devida ao cocontratante e/ou a caução prestada.
4. As sanções previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização por mora e incumprimento definitivo previsto no Código Civil.

Cláusula 17.^a
Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, nas seguintes situações:
 - a) Pelo incumprimento dos requisitos técnicos e funcionais dos serviços especificados no presente Caderno de Encargos e contratualizados;
 - b) Pelo incumprimento na prestação dos serviços definidos no presente Caderno de Encargos e contratualizados;
 - c) Por deficiências graves no funcionamento dos serviços fornecidos.
2. Considera-se deficiência grave quando, designadamente, o cocontratante persistir no cumprimento defeituoso do contrato, após notificação do contraente público para suprir ou corrigir as deficiências identificadas.
3. O direito de resolução referido no n.º 1 exerce-se mediante declaração enviada ao cocontratante sem necessidade de mais formalismos.
4. A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções pecuniárias, nos termos da cláusula anterior.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
DIREÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA

Cláusula 18.^a

Modificação do contrato e cessão da posição contratual

1. Para além dos demais casos previstos e regulados no CCP, o contrato pode ser modificado por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes à data da celebração do mesmo.
2. Em caso de incumprimento contratual haverá lugar à cessão da posição contratual, em conformidade com o previsto no artigo 318.º-A do CCP.

Cláusula 19.^a

Comunicações e notificações

1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações do contraente público dirigidas ao cocontratante são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo adjudicatário.
2. Em sede de execução contratual, todas as comunicações do cocontratante dirigidas ao contraente público são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico, de acordo com os seguintes elementos:

À atenção de:

Direção Regional de Informática (DRI)

Azinhaga do Poço Barral, n.º 23

Edifício Funchal Business Center, piso 1

9000-638 Funchal

E-mail: dri@madeira.gov.pt

Cláusula 20.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, exceto quando indicado em contrário.

Cláusula 21.^a

Produção de efeitos

O(s) contrato(s) produz(em) efeitos no dia útil seguinte à data da aposição da sua última assinatura eletrónica ou na data do despacho de adjudicação, caso esta venha a ocorrer em último lugar.

Cláusula 22.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
DIREÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA

Cláusula 23.^a
Direito aplicável

Em tudo o mais não previsto no presente Caderno de Encargos e no Convite rege o constante no CCP, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, ambos na sua redação atual, bem como as disposições legais e regulamentares aplicáveis de acordo com a natureza dos serviços a contratar.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
DIREÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS E FUNCIONAIS

Cláusula 24.^a Resumo das quantidades

Na tabela seguinte apresentamos o resumo das quantidades dos serviços a fornecer / disponibilizar para cada um dos lotes, no âmbito do presente procedimento:

1. LOTE 1 - Software ArcGIS (preço base: 2 130€):

Para o presente lote pretende-se a renovação do licenciamento *Academic Departmental Agreement Small* e cujo contrato se encontra em vigor.

N.º Lote	Lote	Item	Descrição	Quantidade
1	Software ArcGIS	1	Plataforma ArcGIS Academic Departmental Agreement Small - ArcGIS Pro e ArcGIS Online	5

Serviço de instalação e configuração dos produtos: Não.

Serviços de manutenção e assistência técnica: Sim.

Prazo do contrato: Prazo máximo de 3 (três) anos.

Faturação: Anual, após aceitação dos produtos (licenças) prevista na Cláusula 8.^a e em função das licenças em manutenção. O preço anual deverá ser uniformemente distribuído pelos anos de contrato e faturado em função do número de licenças ativas, no início do período de contagem.

2. LOTE 2 - Software SPSS (preço base: 43 452 €):

N.º Lote	Lote	Item	Descrição	Quantidade
2	Software SPSS	1	IBM SPSS Statistics com os módulos Statistics Base, Regression, Tables e Exact Tests	12

Serviço de instalação e configuração dos produtos: Não.

Serviços de manutenção e assistência técnica: Sim.

Prazo do contrato: Prazo máximo de 3 (três) anos.

Faturação: Anual, após aceitação dos produtos (licenças) prevista na Cláusula 8.^a e em função das licenças em manutenção.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
DIREÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA

3. Lote 3 - Software diverso (preço base: 42 390€):

N.º Lote	Lote	Item	Descrição	Quantidade
7	Software diverso	1	SMA (Software Maintenance Agreement) para JAWS Professional Screen Reader	2
		2	CorelDRAW Graphics Suite 2024	2
		3	TeamViewer	5
		4	Survey Monkey Avançado	2

Serviço de instalação e configuração dos produtos: Não.

Serviços de manutenção e assistência técnica: Sim.

Prazo do contrato: Prazo máximo de 3 (três) anos.

Faturação: Anual, após aceitação dos produtos (licenças) prevista na Cláusula 8.^a e em função das licenças em manutenção.

Cláusula 25.^a

Especificações, requisitos técnicos e funcionais mínimos dos serviços

1. O(s) adjudicatário(s) deve(m) garantir o cumprimento da Diretiva n.º 2011/65/UE (RoHS), de 8 de junho, transposta para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho, da Diretiva n.º 2012/19/UE (REEE), de 4 de julho, e da Diretiva n.º 2006/66/CE, de 6 de setembro, transposta para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de janeiro.
2. Os adjudicatários devem, igualmente, garantir o cumprimento do Decreto-lei n.º 209/99, de 16 de junho, respeitante à classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas.
3. As especificações, requisitos técnicos e funcionais mínimos dos serviços a fornecer / disponibilizar para cada um dos lotes são as indicadas no **ANEXO ETF** do presente Caderno de Encargos.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
DIREÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA

ANEXO ETF

ESPECIFICAÇÕES, REQUISITOS TÉCNICOS E FUNCIONAIS MÍNIMOS DOS SERVIÇOS

As especificações, requisitos técnicos e funcionais mínimos dos serviços a fornecer / disponibilizar para cada um dos lotes, são as indicadas no ficheiro “*CE_ANEXOETF_Software.pdf*”.

